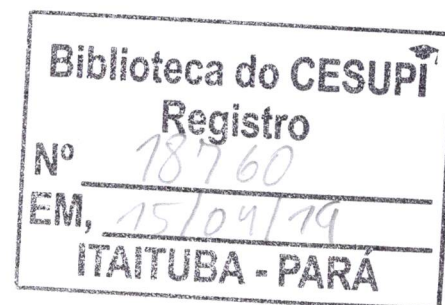




CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ALDELICE BALTAZAR DE OLIVEIRA

**O AUTISMO NA SALA DE AULA: o fazer docente em uma escola
pública do município de Itaituba-PA**



ITAITUBA - PA

2019

370

O48a

ALDELICE BALTAZAR DE OLIVEIRA

**O AUTISMO NA SALA DE AULA: O fazer docente em uma escola
pública do município de Itaituba-PA**

Monografia de Graduação do Curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia apresentada à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Esp. Antônia Vanda Santos
Leite.

ITAITUBA/PA

2019

ALDELICE BALTAZAR DE ADRIANA DE OLIVEIRA

**O AUTISMO NA SALA DE AULA: o fazer docente em uma escola
pública do município de Itaituba-PA**

Monografia de Graduação apresentada ao
Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Itaituba,
para obtenção do título de Licenciada Plena em
Pedagogia, sob a orientação da Profª Esp. Prof.ª
Antônia Vanda Santos Leite

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof.ª Esp. Antonia Vanda dos Santos Leite.

Avaliador 1: _____ Nota: _____

Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva.

Avaliador 2: _____ Nota: _____

Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba – PA, 26 de janeiro de 2019.

Dedico esta monografia a minha mãe, Francisca Oliveira da Silva (in memória), com a certeza que apesar da sua ausência física, esteve sempre torcendo para que este momento se tornasse uma realidade e Anselmo Baltazar de Oliveira, meu pai que em todos os momentos está ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **Deus**, pois com certeza deste momento está sendo realizado é devido a Sua permissão.

Aos meus irmãos, que sempre estiverem próximo de mim dando-me força para que eu vencesse mais esta jornada de sucesso.

A professora, **Antônia Vanda Santos Leite**, por ter aceitado o convite para ser minha orientadora e ajudar-me nos momentos mais difíceis desta caminhada, sempre incentivando-me com palavras motivadoras para que eu me dedicasse cada vez mais.

Ao Prof. Dr. **Francisco Claudio Sousa Silva** e professores da FAI que passaram pela turma transmitindo confiança, conhecimento e suas experiências, compartilhando conhecimentos em prol da minha realização profissional.

À Escola Prof^{ra}. Gilda Lima do Carmo, em nome das professoras entrevistadas na qualidade de gestor **Matias Rodrigues** e **Hildebrando** como coordenador pedagógico o qual não mediu esforços para a realização da minha pesquisa tendo uma relevante contribuição na minha formação.

Agradeço também, a uma amiga muito especial **Maria Rosa Costa da Silva** e **Abimael Nunes de Freitas** que em todos os momentos estiveram ao meu lado, amigos que conquistei e que estimorei por toda existência. Acima de tudo, agradeço a DEUS por ter me presenteado com estas pessoas citadas acima que se tornaram especiais em minha vida pessoal e profissional.

O aluno aprende. O aluno com o transtorno do espectro autista aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste pequeno texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (CUNHA, 2016, p. 15).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo Analisar como acontece o processo de aprendizagem do aluno com Autismo, assim como os desafios e as possibilidades para inclusão nas turmas regulares do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Itaituba/PA. Neste trabalho a metodologia foi caracterizada como bibliográfica com a contribuição de diversos autores, assim como uma pesquisa de campo feita *in locu* para identificar seus atores do processo escolar que nesse contexto são 05 (cinco) professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Gilda Lima do Carmo, Itaituba-PA. Após as análises das entrevistas constatou-se que o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com Autismo, acontece de forma natural, sendo que todos os educandos participam integralmente das atividades desenvolvidas na sala de aula, os professores planejam as atividades e fazem às adaptações necessárias. A inclusão desses alunos na classe de ensino regular acontece por meio da frequência regular e participação de alguns no AEE e APAE no contra turno. Quando se trata das dificuldades enfrentadas pelos educadores para o cumprimento da inclusão dessas crianças percebe-se que, a falta de formação e a escassez de materiais ganham destaque, podendo está inviabilizando a realização dessa inclusão.

Palavras-chaves: Escola Inclusiva, Aprendizagem, Autista.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantos alunos têm na turma que você trabalha? Tem algum Autista? .44	
Quadro 2 - O que você conhece sobre o Transtorno de Espectro Autismo? 44	
Quadro 3 - Quais características típicas mais frequentemente são apresentadas por crianças autistas? Quais suas limitações? 45	
Quadro 4 - Como foi para você receber em sala de aula um aluno diagnosticado com Autismo? Explique. 46	
Quadro 5 - Você já participou de capacitação para trabalhar com alunos Autistas? Acredita que é necessária uma formação continuada? Comente. 47	
Quadro 6 - Quais as estratégias mais utilizadas por você para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com Autismo? 48	
Quadro 7 - Você faz adequação no planejamento pedagógico e/ou na avaliação para contemplar o aluno com Autismo? Comente. 49	
Quadro 8 - Você recebe auxílio de outros profissionais na escola para auxiliar no trabalho com o aluno Autista? 49	
Quadro 9 - Quais os desafios para o professor que trabalha com o aluno Autista? .50	
Quadro 10 - Você acredita que o sistema escolar tem capacidade para oferecer os recursos necessários para educar indivíduos autistas de qualquer idade e para tratar dos problemas enfrentados por eles? Justifique sua resposta. 51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de serviço dos professores em exercício na referida Instituição. 42

Gráfico 2 - É sua primeira experiência com alunos autistas? 43

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

TEA – Transtornos do Espectro do Autismo.

TGD – Transtornos Globais do Desenvolvimento.

OMS – Organização Mundial de Saúde.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1 ABORDAGEM HISTORICA DA INCLUSÃO NO BRASIL	13
1.1 O SIGNIFICADO DE INCLUSÃO	13
1.2 CONCEITUANDO O AUTISMO	16
1.3 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	19
1.4 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	22
2 DESAFIOS DE CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE REGULAR DE ENSINO	27
2.1 O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS AUTISTAS	27
2.2 PRÁTICAS DE ENSINO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	30
2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E RETROCESSOS	33
2.4 DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO COTIDIANO ESCOLAR	36
3 O AUTISMO NA SALA DE AULA: O FAZER DOCENTE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA.....	40
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	41
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	41
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICE	59

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabe-se que um dos temas muito discutidos nos últimos tempos na área da educação é a inclusão escolar. Pessoas com transtornos do espectro Autista são consideradas pessoas com necessidades educacionais especiais e de acordo com o artigo 1º, no § 2º, da Lei nº 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, designa o acesso à educação com as adaptações cabíveis que contemplem suas necessidades, pois atualmente estão saindo das escolas de educação especial para as escolas de ensino regular.

Entretanto, para que ocorra a integração dos alunos é preciso trabalhar todo o contexto da escola e da sociedade, pois se a inclusão não ocorrer efetivamente, continuará se presenciando fatos que caracteriza preconceitos aos deficientes. A falta de informação sobre o que é o transtorno do espectro Autista gera o preconceito que é um dos obstáculos existentes na educação inclusiva.

Desse modo, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo Analisar como acontece o processo de aprendizagem do aluno com Autismo, assim como os desafios e as possibilidades para inclusão nas turmas regulares do Ensino Fundamental de uma escola pública do município de Itaituba/PA, em meio a tantos obstáculos que se apresentam nas escolas públicas brasileiras. Contribuirá à sociedade com informação sobre o Autismo, legislação e políticas sobre a educação inclusiva, ajudando a rever conceitos sobre as barreiras existentes nesse processo.

A pesquisa teve como questões norteadoras: como ocorre o processo de inclusão de uma criança com autismo na escola de ensino regular? Como se dá o processo de aprendizagem do aluno com autismo? Quais os desafios dos professores com relação à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais? A pesquisa está fundamentada nas referências bibliográficas que investigam a temática na educação pública brasileira, especificamente a inclusão da criança com autismo no ensino regular, como: Mantoan (2006), Cunha (2012), Peeters (1988), Xavier (2002), Gomes (2007), com ênfase na análise de documentos legais: Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), resoluções e pareceres dos conselhos de educação e declaração de Salamanca. O estudo apresenta a pesquisa *in locu* para identificar seus atores do processo escolar que nesse contexto são 05 (cinco) professores de alunos com transtorno do espectro

autista da escola municipal de ensino fundamental professora Gilda Lima do Carmo, Itaituba-PA.

Este trabalho está organizado em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo traz abordagem histórica da inclusão no Brasil, o significado de inclusão e o conceito de autismo. Ressalta ainda os princípios e fundamentos da educação especial e a formação docente para educação inclusiva. No segundo capítulo foi abordado sobre os desafios de criança com transtorno do espectro autista na rede ensino regular de ensino, o papel do professor na inclusão escolar de alunos autistas, práticas de ensino em educação inclusiva, assim como educação inclusiva: avanços e retrocessos bem como os desafios da inclusão do aluno autista no cotidiano escolar. Por último, no terceiro capítulo estão os resultados a partir da análise dos depoimentos de professores de alunos inclusos de crianças com transtorno do espectro autista que teve a finalidade de identificar como se dá o processo de inclusão de alunos com autismo no ensino regular.

1 ABORDAGEM HISTORICA DA INCLUSÃO NO BRASIL

1.1 O SIGNIFICADO DE INCLUSÃO

O Histórico da Educação inclusiva mostra que em todos os períodos sempre tiveram grupos que buscaram qualificar a vida da pessoa com necessidades educativas especiais. Segundo Mariz (1999, p. 08) existem três etapas que caracterizam o histórico da Educação Especial: extermínio, filantrópica e científica.

O período de extermínio, a pessoa com necessidades especiais não tinha direito a vida. Mariz (1999, p. 10) ressalta que "... antigamente, os deficientes eram segregados, afastados de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino (...)". Isso ocorreu, sobretudo nos tempos primitivos, porque os nômades mudavam-se constantemente em busca de alimento e o deficiente era visto como impedimento.

O período da etapa filantrópica surge mais tarde com a política de favores, com sentimento de lástima e assistencialismo. Machado (1969, p. 11) comenta que em meados de 1550, "iniciou-se na Espanha a educação dos surdos," com o padre Ponce de Leon. No final da Idade Média surgem as Santas Casas de Misericórdia, instituição da mesma religião dominante, onde as irmandades dedicam-se a cuidar das pessoas necessitadas.

O terceiro período, destaca-se conhecido como etapa científica, ocorreu com o fortalecimento da burguesia, busca-se a causa e consequências da deficiência, então, investe-se em ciência e tecnologia. A deficiência "é vista como disfunção", Machado (1969, p.12). Na década de 50 houve mudanças de paradigmas, a Psicologia da Aprendizagem incorpora-se nos currículos da área Educacional. Porém, entre lutas e direitos, foi a partir do século XX que se passou a aceitar essas pessoas no meio social, porém a educação trilhou vários caminhos inicialmente, até chegar ao que hoje se denomina de educação inclusiva.

O termo inclusão vem de a expressão incluir, originado do latim *includere*, correspondendo a colocar ou adicionar. A expressão incluir cabe a frase "colocar também" (FERREIRA, 2001, p. 380). A palavra refere-se à conduta de inserir alguém ou alguma coisa em algum lugar. Nesse sentido as pessoas com necessidades educativas especiais passam a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação na sociedade.

A Declaração de Salamanca – documento resultante da Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, na qual participaram 88 representantes de diferentes países e 25 organizações internacionais em Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, traz uma interessante e desafiadora concepção de Educação Especial ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais” estendendo-o a todas as crianças ou jovens que têm necessidades decorrentes de suas características de aprendizagem, onde reconheceram a obrigação de o ensino chegar a todas em ensino regular. Segundo Sánchez (2005, p. 9), essa declaração proclama que:

- Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns; e
- As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

Segundo o autor é preciso envolver todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade, e dá o direito que cabe a cada um, dentro do contexto social ou democrático, e podendo ter acesso a tudo dentro dos padrões da sociedade, porque a inclusão vem abrangendo todos os envolvidos em sentidos gerais, e revigorem uma ampla autoimagem no meio educacional e social. Sendo assim, entende-se que:

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes do ensino regular, alunos ditos normais com alunos deficientes ou não, que apresentam necessidades educativas especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver. (BRASIL, 1999, p. 38).

O uso da palavra inclusão é visto de duas questões fundamentais: se tem a necessidade de incluir, é porque algo ou alguém se encontra fora. Se algo ou alguma pessoa se encontra fora, existe um espaço que deve ser ocupado e que é regulado por critérios que constituem as características necessárias para se permanecer incluídos ou excluídos nesse ambiente.

Na atualidade, a inclusão das crianças com algum tipo de Necessidades Educacionais Especiais na rede regular de ensino, ainda vem sendo um dos maiores alvos de resistências dos professores. A baixa expectativa de aquisição da leitura e da escrita para o público com o diagnóstico especial faz com que muitos educadores não compreendam o sentido dessas crianças serem incluídas nas salas de ensino regular.

É importante enfatizar que o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, determina o fim da segregação a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva decreta: " todos devem estudar na escola comum." É importante lembrar que oferecer uma educação de qualidade a todos os educandos, inclusive os que manifestam necessidades educacionais especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se.

Faz-se necessário saber que o aluno com necessidades educacionais especiais, como qualquer outro aluno, precisa desenvolver a sua criatividade, a capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo, não apenas superficialmente ou por meio do que o outro pensa. Mantoan (2006, p. 42) lembra com precisão que:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados aqueles que deles necessitem.

Uma escola inclusiva é uma instituição educacional na qual todos os recursos disponíveis são utilizados cooperativamente para satisfazer as necessidades educacionais de todas as crianças que a frequentam. Escolas inclusivas terão que ter uma gestão pedagógica forte que propicie um planejamento conjunto dos programas educativos, uma implementação compartilhada e uma avaliação exigente.

É preciso lembrar que foi a partir da reflexão sobre fatos historicamente condenáveis que se percebeu a evolução de conceitos e condutas acerca das pessoas com deficiência. Pois, a inclusão tem como objetivo inserir, sem distinção, todas as crianças e adolescentes com variados graus de comprometimento social e cognitivo em espaços escolares, com finalidade de diminuir o preconceito e

estimular a socialização das pessoas com desenvolvimento atípico para que desfrutem dos espaços e ambientes da sociedade.

1.2 CONCEITUANDO O AUTISMO

A palavra autismo é oriunda da junção de duas palavras gregas: "autos" que significa "em si mesmo" e "ismo" que significa "voltado para", ou seja, o termo autismo originalmente significava "voltado para si mesmo" (GOMES, 2007). O Autismo é uma síndrome que pertence aos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Não existe um conceito preciso para o autismo que, embora sendo amplamente analisado, ainda apresenta questionamentos a serem respeitados. Basicamente, ele é uma alteração, que pode ou não estar associado a outros distúrbios, e que resulta em transtornos na comunicação humana e no comportamento social.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), de 1991, o autismo é caracterizado pelo funcionamento anormal em três campos: de interação social, comunicação e comportamento reservado e repetitivo, que conforme Mello (2005), essa tríade de incapacidades nos indivíduos autistas foi revelada somente nos anos 70 com surgimento de estudos de Wing. A estas três incapacidades deu-se o nome de "Tríade de Lorna Wing", que passou a ser analisada e aceita por estudiosos nesta área.

Jordan (2000) menciona que:

É esta tríade que define o que é comum a todas elas, consistindo em dificuldades em três áreas do desenvolvimento, mas nenhuma dessas áreas, isoladamente e por si só, se pode assumir como reveladora de "autismo". É a tríade, no seu conjunto, que indica se a criança estará, ou não, a seguir um padrão de desenvolvimento anômalo e, no caso de se registrar uma deficiência numa das áreas a penas, ela poderá radicar numa causa completamente diferente (JORDAN, 2000, p.12).

De acordo com o exposto, o autismo é considerado como uma desordem causada por uma alteração no funcionamento cerebral, sendo, de ordem neurobiológica, configurando uma condição que estará presente ao longo da vida da pessoa, é uma condição permanente, o sujeito nasce com autismo e torna-se adulto com autismo. Marques (2000), diz que as manifestações modificam-se com a idade e com o desenvolvimento, entretanto são mais evidentes na infância. O autor

também ressalta que umas intervenções adequadas determinadas dessas inabilidades vão diminuindo. Contudo esta patologia é irreversível. Ainda é desconhecida sua cura, mas o pouco que se sabe é que sendo diagnosticado o mais cedo possível, antes dos três anos preferencialmente, pode começar a ter um acompanhamento apropriado, fazendo com que a criança seja estimulada, e minimize suas características, tornando-a mais receptiva e capaz de ter uma vida social como as demais crianças de sua idade.

Segundo Cunha (2012, p. 20), o estudo de Léo Kanner, em 1943, pedopsiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos da América identificou cientificamente pela primeira vez uma síndrome a que chamou autismo, em seu estudo onde recolheu casos semelhantes de crianças que apresentavam alguns aspectos, como: forte isolamento, ausência de reciprocidade no olhar e desinteresse profundo em estabelecer contato. Segundo Olivier (2008, p.116), esse estudo partiu-se da hipótese de que o autismo poderia ser motivado pela ausência de carinho que os pais não proporcionaram às crianças quando bebês. Porém, essa suposição foi logo contestada pelo fato de os pais terem mais de um filho e os mesmos não serem autistas.

O Autismo, no entanto, visto outrora, ser uma desordem neurológica que afeta a capacidade da pessoa de se comunicar ou estabelecer relações com as pessoas e o ambiente, apresenta restrições por atividades, além de abranger sintomas complexos que variam de indivíduo para indivíduo, quem possui esse transtorno tende a fechar-se em si mesmo, isolando-se do mundo e muitas vezes desenvolve capacidades inacreditáveis de raciocínio e memória. Peeters (1988, p. 20) ressalta que:

Várias pessoas com autismo não compreendem a coerência das coisas, percebem poucas conexões lógicas e têm a impressão de que toda a sua vida é ditada ao acaso, pelo inesperado, por coisas que não podem controlar. Vivendo no centro desta confusão os autistas necessita de uma referência, algum ponto de apoio. As nossas explicações verbais de quando, como, onde e por que as coisas acontecem não são suficientes.

A criança autista não demonstra e nem reconhece uma troca de afeto, tampouco compreende com facilidade as colocações verbais de outras pessoas. Segundo Peeters (1988, p. 20,21). Em alguns casos, atitudes aparentemente afetivas ocorrem por meio da percepção. "A criança ao ver as pessoas se

abraçando, trocando carinho, ou passando a mão nos cabelos, acaba fazendo o mesmo". "Mas esta atitude pode ser um ato mecânico"; ressalta o autor.

Sobretudo, é válido ressaltar que não existe um modelo de desempenho entre os autistas, tendo, cada pessoa, suas particularidades. Pessoas com a síndrome não apresentarão os mesmos desempenhos, pois cada autista tem sua vida própria, fazendo jus igualmente a seu próprio olhar, que precisa sucessivamente ser cauteloso e detalhista. O mesmo tem uma perspectiva de vida natural, alguns autistas apresentam formas de desempenho mais graves podem apresentar comportamento destrutivo, autoagressão e comportamento agressivo, que podem ser muito resistentes às modificações. Segundo Silva (2012) o desempenho escolar das crianças com autismo depende muito do nível de acometimento do transtorno.

As crianças com nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependente de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços autísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didático-pedagógicos (SILVA, 2012, p. 75).

Nesse sentido, pode-se dizer que a escola representa, sobretudo, um ambiente importante no ensino da criança, onde ocorrerão aprendizagens expressivas para a sua vida futura. Apesar disso, não se trata de trazer a criança para escola e almejar que está se adapte, contudo, proporcionar-lhes uma educação adaptada às suas necessidades. García e Rodríguez (1997, p. 255) diz que: "através da educação, a criança autista sai de um mundo essencialmente alheio ao nosso próprio mundo". As formas de aprendizagem mudam de criança para criança, esse é o ponto principal da importância dos educadores terem como base para as diferenças particulares no processo de assimilação de conhecimentos. O modo de aprendizagem mais frequente nas crianças autista é o visual, entretanto, os trabalhos escolares necessitarão ser transformadas em pequenas partes visualmente distintas.

Vale destacar, que os modos de aprendizagens são particularidades próprias de aprender da criança autista, ou seja, cada sujeito tem um modo único e diferenciado no processo de alcance de conhecimentos, boa parte dos autistas apresenta séria ausência de coordenação motora fina, o que pode ser compensado, ao longo dos anos. Segundo García e Rodríguez (1997, p. 260), "as crianças autistas revelam claramente dificuldades de aprendizagem, não aprendendo através

dos métodos mais convencionais, como a imitação, aprendizagem por observação ou qualquer forma de transmissão simbólica". Em contrapartida, a coordenação motora ampla costuma ser muito superior à média, o que faz de muitos autistas bons atletas.

Em geral, os alunos autistas desenvolvem recursos de escrita diferentes das ensinadas nas escolas tradicionais, pois, as crianças autistas podem aprender através de uma rotina e de um conjunto de estratégias a que podemos chamar de ajuda. Portanto, a partir do comprometimento da equipe pedagógica, comprovado o aluno com Autismo, demanda-se "[...] práticas específicas, direcionadas a aquisição de habilidades necessárias para a inclusão familiar, social e escolar do indivíduo [...] com ênfase na mudança de alguns comportamentos e aprendizado [...]" (CUNHA, 2016, p. 28). Pois, para o sistema educacional ser inclusivo, precisa atender a todos, com qualidade, buscando sempre respeitar a diversidade.

1.3 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos; o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais, em ambiente escolar comum ou em grupos especializados, está assegurado na Constituição Federal de 1988, Capítulo II, Seção I, do artigo 205, declara que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Além disso, o artigo 208, inciso III assegura o "(...) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Como mencionado, o público alvo da educação especial são aqueles sujeitos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, cuja definição destes termos é dada pela Resolução nº 4 de 2009:

- I. Alunos com deficiência: Aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II. Alunos com transtornos globais de desenvolvimento: Aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereopatias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- III. Alunos com altas habilidades/superdotação: Aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, Art. 4).

Norteando a implementação da educação especial no Brasil, o governo juntamente com o MEC, através da Secretaria de Educação Especial- (Seesp), promulgou várias leis, decretos, portarias e resoluções a respeito da educação especial. Também em consonância com o ajuste sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o governo brasileiro instituiu Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (Lei 12.764 de 27/12/12), sendo esta considerada Pessoa com Deficiência para todos os efeitos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, em vigência, dedica o Capítulo V à educação especial e em seu artigo 58 traz a definição de educação especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, deve ser constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, Art. 58).

A LDB definiu que a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar. Essa Política Nacional de Educação Especial provoca as Instituições escolares a ampliarem um programa de aprendizagem concentrado no aluno, priorizando a educação com sucesso de todos os educandos. “O conteúdo do ensino deve atender às necessidades dos indivíduos, com o objetivo de torná-los aptos a participar plenamente no desenvolvimento. (...) relacionado às próprias experiências dos alunos (...)” (BRASIL, 2002, p. 30).

A Educação Especial, no entanto, passa a ser elemento de muitas discussões, especialmente, com a promulgação da (LDB) Lei 9394/96, no que se refere ao seu artigo 58, pelo qual essa modalidade de educação escolar deve ser proporcionada, preferencialmente, na rede regular de ensino para os alunos, com necessidades especiais. Ainda é percebido que a inclusão dessas crianças na rede regular de ensino, vem sendo um dos maiores alvos de resistências dos professores. Isso acontece devido à baixa expectativa de aquisição da leitura e da escrita para o público com o diagnóstico especial faz com que muitos educadores

não compreendam o sentido dessas crianças serem incluídas nas salas de ensino regular.

Entretanto, como qualquer outro indivíduo, a criança com Autismo possui personalidade própria, isto é, cada uma tem características que lhes são únicas, podendo apresentar maior dificuldade em compreender as regras sociais, e necessitando de maior apoio para ajustar-se aos diversos padrões vigentes em ambientes sociáveis, e que são “capazes de estabelecer vínculos satisfatórios com o grupo, e o papel da escola e do professor auxiliá-las no estabelecimento desses vínculos” (RAIÇA, 2006, p. 37).

É importante saber que o aluno com Autismo precisa desenvolver a sua criatividade, capacidade de conhecer o mundo e a si mesmo, não apenas superficialmente ou por meio do que o outro pensa. Mantoan (2006, p. 42) ressalta com precisão que:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados aqueles que deles necessitem.

No desenvolvimento das crianças com Autismo é importante a exploração do ambiente em que ele vive, sendo favorável à automotivação. Uma boa educação é um bem enorme que produz benefícios pessoais durante toda a vida. Além de transmitir conhecimentos acadêmicos, a escolarização é um passo fundamental no desenvolvimento psicoafetivo e no processo de socialização dessa criança que poderá está desenvolvendo suas atividades rotineiras, desde que trabalhadas enquanto criança.

Conviver com pessoas de diferentes origens e formações em uma escola regular e inclusiva pode estar ajudando ainda mais as pessoas com Autismo a desenvolverem todas as suas capacidades, habilidades e potencialidades, como afirma Mantoan (1989, p. 70):

Uma vez que as estruturas da inteligência se desenvolvem como resposta do organismo às solicitações do meio, os deficientes mentais apresentam progresso nas suas possibilidades adaptativas, quando colocados em interação com um ambiente sócio afetivo livre de tensões e rico em oportunidades, que favoreçam a autoconstrução de seus conhecimentos, sentimentos e comportamentos sociais.

É importante ressaltar que a escola é um dos fundamentais espaços oferecidos à convivência social do ser humano, principalmente quando se menciona às primeiras fases do desenvolvimento da criança. Sobretudo, tem o papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, “já que é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar” (BRASIL, 2004, p. 9).

A Declaração de Salamanca de 1994 sempre mostrou inquietação desde sua publicação, quanto a aprendizagem dos alunos inclusos, garantindo o respeito, o potencial e a personalidade do educando. Segundo Brasil (2002, p. 18), proclama que “Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios”, ou seja, necessita de uma intervenção adequada. A mesma lei ainda mostra que o corpo docente e não cada professor individualmente deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado aos educandos com necessidades especiais. Pois, a expressão “necessidades educacionais especiais” está associada, por conseguinte a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência.

O Brasil tem buscado, por meio da formulação de políticas públicas, garantir a autonomia; a ampliação do acesso à saúde; à educação; ao trabalho, entre outros, com objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência. É perceptível que a educação regular, em todos os níveis de ensino, não é um privilégio só de alguns, e sim direito de todo cidadão, inclusive daqueles que possuem alguma necessidade especial.

Portanto, com a legislação brasileira apoiando e dando suporte para os alunos deficientes terem acesso a uma educação regular de qualidade, espera-se que o número de matrículas de deficientes em classes regulares venham ter aumento no decorrer dos últimos anos se comparado com as matrículas realizadas em classes especiais.

1.4 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A demanda de alunos com necessidades especiais vêm aumentando nas classes regulares de ensino, nas quais é necessário ter um investimento maior de diferentes naturezas para que tenha possibilidade de garantir sua permanência. Neste sentido Xavier (2002, p. 19) ressalta que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Os educadores precisam ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos e necessidades de seus alunos, precisam criar atividades ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os educandos. Os sistemas de ensino precisam ter como compromisso a formação continuada dos professores, para que eles possam estar aptos para elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino.

Espera-se que o processo de discentes com necessidades educacionais especiais cresça muito mais nas classes regulares de ensino, nas quais é imprescindível ter um investimento maior de diversas classes para que tenha possibilidade de garantir sua estabilidade. Os educadores precisam ser capazes de considerar os domínios de conhecimentos e necessidades de seus educandos, precisam criar atividades ou adaptar materiais, além de prevenir formas de avaliar os educandos. De acordo com Glat e Nogueira (2002, p. 25), ressalta que:

Se a pretensão é „garantir educação para todos, independente de suas especificidades ", deve-se assegurar a oferta que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos.

Em primeiro lugar o professor precisa levar em consideração as diferenças individuais dos alunos para planejar suas aulas. O professor precisa estar ciente que cada um possui suas diferenças e que as crianças estão ali para aprender e não somente para socializar, que são capazes de adquirir conhecimentos. Para isso é preciso que se ofereçam possibilidades de formação para esses professores, para que na prática consigam atuar de uma forma humana e respeitosa, sabendo lidar com as diferenças. Para Glat e Nogueira (2002, p. 27):

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

A formação de professor requer um ensino de qualidade, voltado para a igualdade, que se possa atender às diferenças. Tendo em vista a aprovação e análises das pesquisas sobre formação de Educador no Brasil, pois foi observado que o desenvolvimento do professor a respeito do atendimento, às diferenças e à diversidade cultural.

Para tanto, faz-se necessário formar políticas públicas educacionais voltadas para os aprendizados mais inclusivos, adaptar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos docentes, tendo embasamento para fazer com que o aluno se insira no contexto, não somente educação, mas também, por meio de estratégias, e aprendizados na autonomia de inclusão social, e experiência inclusiva em sala de aula.

Mesmo já vivenciando a Educação Inclusiva, ainda há de melhorar o trabalho que o próprio curso de formação em serviço nas escolas deve transmitir a uma nova proposta educacional com base nos princípios de inclusão, assimilados por meio das trocas de experiências com os colegas. Sendo assim, Carvalho (2000, p. 60) esclarece que:

Examinar a prática pedagógica objetivando identificar as barreiras para a aprendizagem é um desafio a todos nós educadores que, até então, as temos examinado sob a ótica das características do aprendiz. Suas Condições orgânicas e psicossociais têm sido consideradas como os Únicos obstáculos responsáveis pelo seu insucesso na escola.

De acordo com o exposto, Sabemos que ainda há muitas oposições contra as condições orgânicas e psicossociais, mas, faz-se necessário a conscientização e sensibilização constante, pois a educação inclusiva e o trabalho com os alunos com deficiência é um desafio. Entretanto, quando se fala em garantia de direitos a essas pessoas especiais, percebe-se que há muito a se fazer. O modo de vida da sociedade precisa ser mudado.

A cultura de que as pessoas que têm limitações é um ser inválido, precisa sair dos pensamentos humanos. No meio de cada sobrevivência, a conscientização foi feita em reuniões pedagógicas, onde pudemos formar grupos de estudos, utilizando as leituras proporcionadas pelo curso, onde todos puderam ter acesso, também, às várias informações veiculadas no curso. Porém, em sala de aula, vem a prática, adaptando o que se faz necessário e utilizando intervenções e estratégias

pedagógicas voltadas para os alunos com deficiência intelectual e depois veem que, mesmo lentamente, os professores das unidades escolares passaram a ter uma nova visão para desempenhar um trabalho de melhor qualidade.

Botelho (2002, p. 30), afirma que:

A igualdade não assegura nenhuma situação jurídica específica, mas (...) garante o indivíduo contra toda má utilização que possa ser feita da ordem jurídica. Inegável a vastidão do princípio constitucional da igualdade, não se vendo recanto onde ela não seja impositiva.

De acordo com o autor, o consenso é lento e quanto às mudanças nas práticas de ensino dos professores que conduzam os resultados significativos na aprendizagem dos alunos, apesar de estudos serem anunciados é que tais situações têm diversas causas, dentre elas, as ações de formações terem caráter pontual e serem realizadas num tempo muito curto, não levando em consideração as reais necessidades dos professores, estando muitas vezes desvinculadas das práticas educacionais realizadas nas escolas. A implicação disso, é que estão sendo viabilizados nas políticas públicas, programas voltados para o objetivo da integração destes alunos aos sistemas educacionais comuns, o que tem produzido resultados positivos tanto na escolarização quanto nas escolas em que é feito o acolhimento.

A formação de professor requer um ensino de qualidade, e voltado para a igualdade e que se possa atender às diferenças. Tendo em vista a aprovação e análises das pesquisas sobre formação de Educador no Brasil, pois foi observado que o desenvolvimento do professor a respeito do atendimento, às diferenças e à diversidade cultural. A Portaria nº 1.793, promulgada em 1994, descreve a necessidade de reformular o currículo dos cursos de formação de professores e outros profissionais que poderão vir a interagir com pessoas portadoras de alguma necessidade especial, que recomenda uma disciplina na qual os alunos, futuros docentes, possam discutir sobre deficiência e inclusão.

A disciplina recomendada pela Portaria acima foi intitulada "Aspectos éticopolítico-educacionais da normalização e integração da pessoa com necessidade especial" (BRASIL, 1994, Art.1), e foi recomendado também que ela fosse, prioritariamente, acrescentada aos currículos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas (BRASIL, 1994, Art. 2).

Portanto, a inclusão é um processo presente no nosso cotidiano, por isso é necessário qualificação para trabalhar de forma correta com ela, pois se os professores estiverem qualificados, especializados nesta área, poderão fazer um trabalho pedagógico mais rico, respeitando as necessidades, possibilidades e limitações de cada um, sabendo trabalhar com as diferenças.

2 DESAFIOS DE CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA REDE REGULAR DE ENSINO

2.1 O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS AUTISTAS

Muitos professores não se sentem capazes de trabalhar com o aluno Autista, porém o que é mais importante, em princípio, é que esses alunos devem ser tratados da forma mais normal possível. Isto é, igual aos outros no tratamento cotidiano, nas broncas, nas responsabilidades com as tarefas e consequências de seus atos, mas, claro, sempre respeitando suas limitações.

O professor deve ser envolvido com a filosofia da inclusão, estimulando os alunos a direcionarem sua aprendizagem de modo a aumentar sua autoconfiança, a participar plenamente da sociedade e a usar mais o seu poder pessoal e a desafiar a sociedade para mudança. Muitos desafios, como: a falta de melhor preparação dos professores, carência de recursos e equipe qualificada, inadequação do ambiente físico, falta de novas propostas de ensino, descontinuidade de planejamento e ações, a precária infraestrutura da escola e a necessidade de mais recursos didáticos específicos para este público.

A escolarização do educando com Autismo demanda o comprometimento do professor e "o primeiro passo é o conhecimento" (SILVA, 2012, p. 79). Deste modo, o educador deve conhecer o educando e, principalmente, o Autismo para que, dessa maneira, possa planejar, definir os objetivos e avaliar seu aluno, de acordo com as suas práticas.

De acordo com Cunha (2016, p. 53) recomenda-se que o professor faça um diagnóstico integral sobre o seu aluno com Autismo, a fim de conhecer suas particularidades. Com tudo, ratifica três passos do trabalho do professor: "[...] a observação, a avaliação e a mediação [...]". Nessa dinâmica, o professor tem a oportunidade de conhecer seu aluno, avaliar e mediar o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a adaptação curricular para o trabalho com a diversidade dos alunos, tendo como base as necessidades particulares de cada um, consiste em um conceito importante diante do contexto de uma escola inclusiva, que não pode limitar-se às mudanças estruturais, mas que busque aprofundar-se nas mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais.

A inclusão é um processo presente no nosso cotidiano, por isso é necessário qualificação para trabalhar de forma correta com ela, pois se os professores estiverem qualificados, especializados nesta área, poderão fazer um trabalho pedagógico mais rico, respeitando as necessidades, possibilidades e limitações de cada aluno, sabendo trabalhar com as diferenças. Desse modo, “fica patente, então a necessidade de transformação da sociedade atual, para uma sociedade ética, inclusiva, de pessoas humanas e não de algumas pessoas tão-somente” (LIMA, 2006, p. 63), pois, o processo de inclusão ainda depende de uma ação contínua da sociedade em geral. Nesse sentido, é essencial o apoio para a importância do sujeito enquanto ser de características particulares.

No campo da educação, existe ainda uma necessidade de reconhecimento de que a educação inclusiva é um tanto requerente, conforme Martins (2006, p. 24), sobretudo de, “planejamento, aceitação das diferentes maneiras de cada educando, assim como uma reflexão permanente sobre as práticas empreendidas na escola, visando à oferta de resposta adequada às suas necessidades” ou seja, uma série de adaptações deve ser contemplada para que o aluno autista participe do contexto escolar e possa desenvolver sua autonomia. Para a concretização dessa ação, existe um percurso que deve ser priorizado, levando em consideração as peculiaridades do aprendente.

Os sistemas de ensino devem ter como compromisso a formação continuada dos professores, para que eles possam estar aptos para elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino. Os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos e necessidades de seus alunos, precisam criar atividades ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os educandos.

Se a pretensão é „garantir educação para todos, independente de suas especificidades, deve-se assegurar a oferta que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos. (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 25).

De acordo com o autor, o professor precisa levar em consideração as diferenças individuais dos alunos para planejar suas aulas. É necessário convencimento na capacidade que toda criança tem de aprender, defendendo a ideia de que a escola deve transformar-se para atender a diversidade e não

fundamentar-se na lógica da unidade. A inclusão, assim sendo, não poderá se constituir uma moda, ou um processo educativo passageiro que são praticados pelas políticas educacionais. Morin (2001), diz que para se reformar a escola temos de reformar as mentes, todavia não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das escolas.

Toda via, a inclusão determina uma quebra com o modelo tradicional de ensino, necessitando-se de uma transformação que coloque em destaque o aluno como sujeito do processo, abranger se, que mesmo não possuindo deficiência, todos tem seus limites e ritmo próprio. Existem diferenças entre os alunos em uma sala de aula que sejam adotadas como uma vantagem para a aprendizagem e outros não. Mittler e Peter (2003) afirmam sobre inclusão no ato de educar que:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiados pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

Logo, o amplo desafio colocado para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam alavancar novidades que aceitem a compreensão de situações embaraçadas no ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar. A inclusão é um processo presente no nosso cotidiano, por isso é necessário qualificação para trabalhar de forma correta com ela, pois se os professores estiverem qualificados, especializados nesta área, poderão fazer um trabalho pedagógico mais rico, respeitando as necessidades, possibilidades e limitações de cada um, sabendo trabalhar com as diferenças. Para Prieto (2006, p. 60) ressalta que:

Todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização.

De acordo com o exposto, acredita-se, então, que a formação do professor, o envolvimento das famílias e o apoio de outros profissionais, com um projeto

transformador das relações sociais, ponham em prática ações eficazes que superem as desigualdades de condições, os obstáculos e as limitações impostas na escolarização do aluno com Autismo. Isso porque se compreende que o trabalho educacional é uma construção e que o “[...] professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas [...]” (CUNHA, 2016, p. 17). Pois, durante o ensino-aprendizagem, torna-se relevante analisar a deficiência da criança, pois dificulta a duração de sua atenção em uma atividade por um longo período de tempo, gerando dificuldade em armazenar muitas informações faladas.

Nesse sentido é importante a utilização de variados instrumentos pedagógicos que reforcem dinâmicas nas aulas e estejam voltados para a memória visual da criança, é importante compreender que os ambientes sociais e educacionais influenciam no desenvolvimento cognitivo, sócio afetivo, na linguagem expressiva e na autonomia da criança com Autismo.

2.2 PRÁTICAS DE ENSINO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A prática de ensino na educação inclusiva nas escolas realiza-se ainda em um cenário de debates sobre a necessidade de inclusão social e escolar do aluno com Autismo, pois, percebe-se existir uma série de influências na constituição de uma prática pedagógica, uma vez que, evidencia que fatores internos e externos “[...] de uma forma ou de outra vão repercutir na ação docente” (FERNANDES, 2007, p. 100).

Desse modo segundo o autor, no que se refere às discussões que antecedem essa ou aquela prática de ensino. Existe a necessidade de ações estruturantes pensadas e discutidas com o coletivo, na perspectiva da totalidade. No sentido de que tais práticas se organizam a partir de determinados anseios expressos por um grupo social, transformando-se a partir das imposições de um coletivo. Nesse sentido, “[...] o professor ao construir sua prática pedagógica, está em contínuo processo de diálogo com o que faz, por que faz e como deve fazer” (FERNANDES, 2007, p. 102).

Com frequência somos levados a refletir sobre o processo de inclusão e as intencionalidades das práticas que o envolve que se organizam para dar conta de determinadas expectativas educacionais de um grupo. Para a concretização dessas

práticas pedagógicas inclusivas, sugere-se que o Projeto Pedagógico-Curricular (PPC) da escola traga expressa essa organização.

A Inclusão escolar, a partir de um modelo educativo, tendo como base o ensino para todos, garantir ao aluno a oportunidade de aprender. Assim, Mantoan (2015, p. 28) assegura que a inclusão “[...] prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. Promover um ensino inclusivo é tarefa que vem avançando lentamente ao longo de décadas, tornando-se imprescindível em todas as escolas. As práticas de ensino em educação inclusivas, vividas pelos professores, devem ser fundamentadas em pensamentos críticos de modo leal, sobre sua experiência no dia-a-dia das salas de aula, discorrendo a necessidade de ser uma prática.

Para discutirmos a respeito das práticas de Ensino na Educação inclusiva, retomamos essencialmente o conceito de práticas pedagógicas tratado por Franco (2012), que confirma as especificidades que a compõem. Nesse sentido, as práticas pedagógicas são:

[...] práticas que se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por dada comunidade social. [...] enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociação e deliberações com um coletivo (FRANCO, 2012, p. 154).

Assim, cabe ao professor manusear estratégias que viabilizem a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, potencializando suas singularidades. A sala de aula deve ser transformada em um local de experiências onde o aluno tenha oportunidade de aprender, a partir de estratégias que estimulem sua capacidade.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas, evidenciadas no contexto da sala de aula, configuram-se como um passo necessário para a inclusão do aluno com deficiência, em especial o Autista, tendo em vista suas características, em que o modelo educativo possa garantir a este, o direito de aprender do seu modo e no seu tempo, valorizando, assim, as suas potencialidades, que por vezes são esquecidas, mas que garantem um maior aprendizado do aluno, quando valorizadas. Assim, a escola deve caminhar lado a lado da família e da sociedade, ressignificando as práticas que refletem na formação do sujeito. Para a inclusão do aluno Autista, são necessárias práticas pedagógicas planejadas para atender as suas especificidades,

que devem ser aplicadas diariamente e contextualizadas com o currículo comum, em que,

[...] as adaptações curriculares tornam-se de grande importância para propor ações que prevejam um currículo mais apropriado, passível de modificações, que busque alcançar as necessidades específicas apresentadas por esses alunos (MANZOLI; SIGOLO, 2012, p. 90).

Deste modo, se compreendidas e desenvolvidas, as práticas pedagógicas nessa perspectiva, assumem um papel de importante veículo da inclusão do aluno com Necessidades educacionais especiais, no contexto da sala de aula regular. Porém, o professor, os pais e demais profissionais desempenham também um importante papel ou o papel mais relevante para a concretização das ações do processo inclusivo, e, portanto, devem trabalhar coletivamente, uma vez que, precisam-se encontrar elementos que fundamentem as práticas inclusivas que ofereça condições para a realização de um trabalho satisfatório. Segundo Silva (2012, p. 75):

O desempenho escolar das crianças com autismo depende muito do nível de acometimento do transtorno. As crianças com nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependente de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços autísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didático-pedagógicos.

As práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do aluno autista apoia a ideia de que esse aluno tem capacidade de atuar no contexto da sala de aula, exercendo as funções de sujeito participativo e reflexivo, as áreas da aprendizagem do aluno podem ser desenvolvidas em atividades específicas. Nesse sentido, Cunha (2016, p. 93) aborda que:

- Memória, concentração e equilíbrio: em atividades que estimulem a organização do material de trabalho;
- Socialização, direitos e deveres: em exercícios que trabalhem limites e vida prática;
- Organização do pensamento e da linguagem: na ordem de execução das atividades;
- A internalização do papel do aprendente no aluno: em atividades que valorizem a escola e os seus atores;
- Socialização, alteridade, afetividade e inclusão: em atividades com a participação do grupo discente, em atividades de vida prática e durante as refeições com demais aluno.

Com base no exposto, fica claro que o professor deve ficar atento quando vai planejar e desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a capacidade de concentração do aluno, incentivando “[...] a independência e autonomia diária do aluno, por meio de atividades, jogos ou brinquedos que representem e exercitem [...] aspectos da vida cotidiana” (CUNHA, 2016, p. 91), dado que, a aprendizagem transcende o espaço escolar e vincula-se às práticas diárias. Em síntese, podem-se planejar as práticas pedagógicas para a inclusão do aluno com Autismo como:

- Atividades para comunicação, cognição e linguagem: livros, jogos coletivos, pareamento de concreto com símbolo, música, desenho, pintura, jogos e atividades que utilizem novas tecnologias digitais e estimulem o raciocínio;
- Atividades para desenvolvimento matemático: blocos lógicos, pareamento do concreto com o simbólico; encaixes geométricos, jogos e atividades que utilizem novas tecnologias digitais, atividades com temas do cotidiano e que estimulem o raciocínio lógico matemático;
- Atividades para o desenvolvimento motor: exercícios que trabalhem as funções motoras e sensoriais, encaixes diversos, colagem, recorte, atividades físicas, atividades com música e de vida prática;
- Atividades para socialização: atividades esportivas individuais e coletivas; atividades pedagógicas em que o aluno possa compartilhar com a turma o seu saber; atividades que possam ser realizadas por todos os alunos;
- Atividades para o desenvolvimento do foco de atenção: atividades e pesquisas áreas distintas do conhecimento sobre temas que o educando tem interesse; atividades com novas tecnologias digitais, recortes diversos com tesoura, música, arte, desenho, pintura e vida prática (CUNHA, 2016, p. 95).

Portanto, o aluno precisa encontrar sentido na atividade ou nos recursos que desfruta. A capacidade de concentração pode ser estimulada a partir do uso de práticas que envolvam a música, a pintura, jogos ou brinquedos, apresentando uma duração relativa à capacidade do educando de se manter disposto a desenvolvê-las. Respectivamente, a leitura e a escrita devem ser estimuladas com o auxílio de práticas que se relacionem a comportamentos anteriores, como: motor, memória, linguagem e atenção. Sabemos, pois, que as práticas de ensino são fundamentais no processo inclusivo, tendo em vista a necessidade do aluno de aprender.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E RETROCESSOS

A inclusão, de fato, é para todos, porém de acordo com Sousa (2005), nem todos os alunos se beneficiam da inclusão ou não estão preparados para viver tal proposta o que resulta, muitas vezes, no abandono da escola por este aluno.

Nesse sentido, a partir da última década do século XX, algumas mudanças foram sendo incorporadas por meio de políticas de educação inclusiva, apontando para uma “[...] democratização do espaço escolar [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 32) e, assim, ampliando o movimento em favor da educação inclusiva. Isso significou, para os sistemas de ensino, uma readequação para atender aqueles que, por suas características próprias, necessitassem de adequações de várias naturezas, garantindo seu acesso e permanência no ambiente escolar.

Com a promulgação da Lei nº 9.394 LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em 1996, o sistema educacional foi alertado e convocado para adequar-se às necessidades dos alunos, sendo reforçado com a Resolução CNE/CEB nº 02/01. Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades (BRASIL, 2001, p. 1).

Confirmando para a inclusão da pessoa com Autismo, se promulga legalmente a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo, reafirmando a opinião inclusiva, já presente em outros documentos. Confirma por considerar que a pessoa com Autismo, para todos os efeitos legais, é considerada pessoa com deficiência, sendo garantido o direito de estudar em escolas regulares, com “[...] direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012).

Ressaltando assim, o art. 7º da Lei nº 12. 764/12 que prevê para o aluno com Autismo garantia de escolarização, sendo que “o gestor escolar, ou a autoridade competente que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos”. Após a determinação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (2008), houve um crescente número de alunos com Autismo nas classes regulares. Segundo essa política “os alunos com TEA, [...] devem estar incluídos na rede regular de ensino, recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contra turno” (NUNES, 2013, p. 557).

Na oportunidade, o aluno autista deve realizar atividades diferenciadas das que realiza na sala de aula comum, que devem levar em consideração as necessidades específicas de cada um. O AEE deve presar por um planejamento que contribua para a participação do aluno em vários contextos, viabilizando a socialização com os demais. Mas um grande desafio se lança para a educação, que

é o de conhecer profundamente o que vem a ser o Autismo. Sobre a política inclusiva na educação especial Oliveira (2009, p. 32) salienta que,

[...] a política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Entende-se que essa política vem sendo estabelecida no cenário educacional brasileiro, entretanto requer uma força maior de efetivação, uma vez que, na prática, pouco se tem adiantado. Apesar disso, pouco a pouco outros sujeitos vão se envolvendo na luta por uma educação para todos e inclusiva, não sendo restrita aos profissionais da educação especial, o que tende a contribuir com as práticas de inclusão.

A Lei nº. 12.764, de 24 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Autismo, reafirmando o compromisso do Governo, da sociedade e do país, no intuito de viabilizar através de um conjunto de ações, integral atenção a essas pessoas, simboliza avanços quanto à proteção e superação de barreiras, em todas as instâncias sociais, visando a sua inclusão social e cidadania (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, a educação, enquanto direito de todo sujeito, também deverá ser garantido às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Para Ainscow (2009, p. 21) a “inclusão em educação pode ser vista, [...], como um processo de transformação de valores em ação, resultando em práticas e serviços educacionais, em sistemas e estruturas que incorporam tais valores”. Esse postulado nos leva a compreender que a escola só será de fato inclusiva quando estiver em estado evolutivo, sempre buscando e se envolvendo no combate ativo à exclusão.

O professor principalmente deve ser envolvido com a filosofia da inclusão, estimulando os alunos a direcionarem sua aprendizagem de modo a aumentar sua autoconfiança, a participar plenamente da sociedade a usar mais o seu poder pessoal e a desafiar a sociedade para mudança.

Assim sendo, a educação inclusiva teve seus avanços, porém ainda há muitos retrocessos e muitos desafios, como: a falta de melhor preparação dos professores, carência de recursos e equipe qualificada, inadequação do ambiente físico, falta de novas propostas de ensino, descontinuidade de planejamento e

ações, a precária infraestrutura da escola e a necessidade de mais recursos didáticos específicos para o aluno Autista.

2.4 DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO COTIDIANO ESCOLAR

Os desafios da inclusão são inúmeros, principalmente no início do ano letivo, quando os professores recebem alunos com diferentes formações, habilidades e necessidades de aprendizagem para suas salas de aula. Alunos com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) podem apresentar desafios para até mesmo o professor mais experiente. Pois são muitos os limites e desafios que se têm no processo de ensino e aprendizagem, a questão da dificuldade dos mesmos em construir seus próprios conhecimentos e demonstrarem suas capacidades cognitivas, principalmente nas escolas que mantêm seu modelo ainda tradicional.

A criança com Autismo tem somente um ritmo de aprendizagem mais lento, cujas etapas precisam ser respeitadas. Inteligência, memória e capacidade de aprender podem ser desenvolvidas com estímulos adequados, a memória é uma das funções cerebrais importantes para a construção do aprendizado, quando ressalta que:

A alça fonológica e o rascunho viso espacial, responderiam respectivamente pela captação de sons linguísticos e pela informação visual com seus atributos físicos e sua relação com o espaço. A alça fonológica, por sua vez, seria constituída por dois sub componentes: o armazém fonológico, com a função de guardar a informação e com capacidade de retenção de informação limitada e a alça articulatória responsável pelo processo de ensaio subvocal possibilitando a manutenção das informações durante o período necessário ao desempenho da função. Um terceiro subsistema foi acrescentado posteriormente, para responder a função de integração das informações, o retentor episódico. Este teria o papel de formar episódios integrados a partir das informações dos dois outros subsistemas, a alça fonológica e o rascunho viso espacial, e de se relacionar com a memória de longo prazo (ALBUQUERQUE, 2009, p. 38).

Para a maioria dos alunos Autista, o estilo de aprendizagem visual é a mais eficaz e eficiente. Informação obtida de forma visual é processada mais facilmente do que a linguagem falada. O fornecimento de informações verbal, instruções curtas e simples é preciso dar tempo ao aluno para processar tais informações e fornecer um guia visual sempre que possível. Muitos alunos podem não ser capazes de aprender a ler de forma eficiente através de uma abordagem baseada em fonética, por isso o professor precisa estar aberto a abordagens alternativas.

Sabe-se que a estimulação do aluno Autista em todos os seus aspectos é de grande importância para o seu desenvolvimento, sobretudo consiste num procedimento contínuo de interação, abrange ações como: motivar, ensinar, aproveitar momentos e objetos e semelhanças para transformar em conhecimento e aprendizado. Alunos Autistas ocasionalmente têm dificuldades com o comportamento causado por fatores como ambientes irritantes ou sensoriais, frustração por não ser capaz de se comunicar, questão de saúde, percepções incorretas de situações sociais.

Segundo Voivodic (2013, p.163): "a inclusão não pode continuar a ser vista como uma utopia, não é um modismo e não está ligada apenas às escolas". A inclusão é uma ação social maior, que junta à educação inclusiva, estando atrelada ao respeito e direitos humanos.

Atualmente há necessidade de enfatizar na Lei de Diretrizes e Bases os argumentos referentes a currículos, técnicas materiais didáticos, capacitação de professores para o melhoramento do atendimento dos alunos com Necessidades Educativas e Especiais. Porém, tem o mesmo objetivo da educação de qualquer cidadão. Todavia, para conseguir tais objetivos algumas modificações são exigidas na organização e no funcionamento da escola. Sobre tudo, Ter em mente que o aluno com autismo pode não perceber o mundo como os outros fazem.

Desse modo, Mantoan (2015, p. 33), afirmar que a inclusão é prática primordial, tendo em vista a notável necessidade de melhorias nas condições da escola, que, para muitos, é o único lugar de acesso ao conhecimento. Para a autora a inclusão se justifica "[...] a partir de três questões que são o alvo das iniciativas inclusivas, [...]", que são: a questão da identidade X diferença; a questão legal e a questão das mudanças.

A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, principalmente o autismo, demanda sobre tudo, adequações que devem atender às diferenças particulares do processo de ensino-aprendizagem de cada um. Tais adequações podem ocorrer em reformulações da gestão escolar, promover implicações na formação dos professores, estimular reflexões sobre adaptação curricular e refletir sobre as políticas públicas vigentes. Com essa finalidade caminha a iniciativa do movimento de inclusão, que chama a atenção para as demandas quanto às mudanças e adaptações necessárias para a inclusão desse aluno.

Nesse sentido, Lima (2006) afirma que:

A inclusão, portanto, não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos os seres humanos são humanos sem distinção (LIMA, 2006, p. 63),

A visão da autora, sobre esse assunto é que a inclusão é um processo que está em constante articulação com os movimentos sociais, sendo um movimento vivo que procura superar e resistir às formas de desigualdade e segregação dos indivíduos perante a sociedade. Esse movimento, que continua ganhando forças, necessita estar inserido em uma estrutura organizada, em que todos tenham suas características respeitadas e a escola compreenda que a inclusão é responsabilidade de todos, trazendo implicações consideráveis para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com Autismo.

O movimento pela inclusão escolar está relacionado à modificação da organização e da dinâmica de funcionamento das escolas. Em termos práticos, é um fato que exige mudanças de paradigma educacional, de modo que a escola seja pensada para todos. Nesse sentido do ensino inclusivo, Mantoan (2015, p. 74), afirma que:

As atividades precisam ser desafiadoras para estimular os alunos a realizá-las, segundo seus níveis de compreensão e desempenho. Portanto, não se excluirá nenhum aluno das atividades nem serão oferecidas a alguns (os que sabem menos) atividades adaptadas, facilitadas. Toda atividade deverá suscitar exploração, descoberta, com base nas possibilidades e nos interesses dos alunos, que optarem por desenvolvê-las em pequenos grupos ou por si mesmos.

É preciso persuasão, ou seja, convicção na capacidade que toda criança tem de aprender, defendendo a ideia de que a escola deve transformar-se para atender a diversidade e não fundamentar-se na lógica da homogeneidade. Se a escola focar suas expectativas e estratégias apenas nas dificuldades do aluno, logo se verá frustrada e desmotivada, pois a defasagem pode acontecer efetivamente.

De acordo com Werneck (1993, p. 56): “evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes”. Mas se o foco estiver em suas habilidades e em uma visão competência da aprendizagem, maior será o resultado alcançado pelo professor, pelo aluno com Autismo que parecia tão diferente e por seus colegas que certamente também terão seu ensino positivamente contagiado por este modo inclusivo de ver o jeito de aprender de cada um.

Dessa forma, vale salientar que a inclusão é um desafio que não pode ser visto de forma isolada e necessita de empenho coletivo, seja no âmbito escolar, familiar ou social. É preciso construir a escola inclusiva e isto só é possível com a mudança de concepção dessa tríade que resultará em intervenções qualitativas adequadas às crianças com Autismo. Portanto, ressalta-se que, o trabalho direcionado aos alunos com autismo não é isolado, no qual somente o professor tem a incumbência de mediar o desenvolvimento do estudo. Quanto mais este for estimulado e mais intervenções forem oferecidas, maiores serão as possibilidades de contribuir com seu desenvolvimento.

3 O AUTISMO NA SALA DE AULA: O FAZER DOCENTE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi elaborado através de um levantamento bibliográfico com base nos principais autores que abordam sobre o Autismo, como: Mantoan (2006), Cunha (2012), Peeters (1988), Xavier (2002), Gomes (2007). Assim como as legislações que tratam sobre a inclusão como: Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), Resoluções e Pareceres dos Conselhos de Educação e Declaração de Salamanca. Entre outras leis específicas desse público, para melhor compreender desafios que os professores enfrenta na sala regular de ensino, suas dificuldades e facilidades.

Todavia, para fundamentar esse estudo fez-se necessário realizar uma pesquisa de campo. Desse modo, escolheu-se a Escola de Ensino Fundamental Professora Gilda Lima do Carmo no Município de Itaituba/PA. De acordo Lüdke (1986, p. 05):

O papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo integrante e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo seu trabalho como pesquisador que tem o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com as suas definições políticas. [...].

A pesquisa também é explicativa, pois pretende-se analisar os porquês dos fatos, para tentar alcançar uma possível análise e compreensão da análise elaborada, procurando esclarecer os desafios dos professores com relação à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais como ocorre o processo de inclusão de uma criança com Autismo na escola de ensino regular bem como seu processo de aprendizagem. Portanto, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas a 05 professores da referida escola. Sendo uma professora de cada ano do 1º ao 5º anos, onde há alunos inclusos.

No entanto, a análise de dados ocorrerá de forma discreta, utilizando siglas como P1 a P5, para os entrevistados. Esta coleta de dados e informações foi realizada no período de Outubro a Novembro do ano de 2018.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Gilda Lima do Carmo, localizada na Rua Sete de dezembro, 37 – Bairro da Paz, município de Itaituba, Estado do Pará, na área urbana periférica, sendo de esfera administrativa Municipal. A Unidade de ensino oferece à Comunidade Escolar o Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano e um anexo do 6º ano da Escola Municipal Padre José de Anchieta.

A estrutura física da escola é constituída por três blocos, sendo que em um bloco funcionam quatro salas de aula; no segundo secretaria, sala dos professores, Atendimento Educacional Especializado, refeitório, banheiro masculino e feminino, cozinha, almoxarifado. No terceiro bloco o laboratório de informática. A escola atende dois turnos sendo manhã e tarde.

A instituição é composta pelos seguintes agrupamentos humanos, com funções e/ou contribuições para o desenvolvimento do ensino aprendizagem, contando um quadro de 26 funcionários, sendo: no setor administrativo, no apoio e docentes, para atender um total de 236 alunos.

Diante da exigência da sociedade a educação vem buscando modificar seus paradigmas, o que se evidencia pela modernização da escola em fazer um levantamento – diagnóstico – visando permitir a realização de uma análise crítica do processo educativo do qual participa, considerando que a participação é um ato de cidadania.

Segundo o PPP (2016, p. 08) “A missão da Escola é garantir um ensino de qualidade, proporcionando aos discentes informações necessárias ao seu desenvolvimento nos aspectos físico, cognitivo, psicológico, social, crítico e afetivo, valorizando suas múltiplas habilidades, possibilitando dessa forma o desenvolvimento da sua autonomia e cidadania”. Partindo desse seguimento, a escola tem respeito à dignidade dos alunos, considerada nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Para conhecer o perfil dos entrevistados, buscou-se saber o nível de formação dos cinco educadores da Escola Municipal Professora Gilda Lima do

Carmo. Na primeira pergunta do questionário; Qual o Tempo de serviço dos professores em exercício na referida Instituição? Obtiveram-se as seguintes respostas: Todos os professores entrevistados tem licenciatura Plena em pedagogia, ambos do sexo feminino. Identificou-se, portanto, adequação as exigências da Lei de Diretrizes e Bases- LDB nº 9394/96, nos profissionais entrevistados.

A formação do professor merece fundamental atenção, na escola contemporânea. E para atingir a complexidade da diferença humana é preciso preparar um cenário educacional que esteja à altura das crianças com necessidades educacionais especiais. Buscou-se analisar o tempo de serviço que estes professores estão em exercício na referida Instituição pesquisada, obteve-se o seguinte resultado:

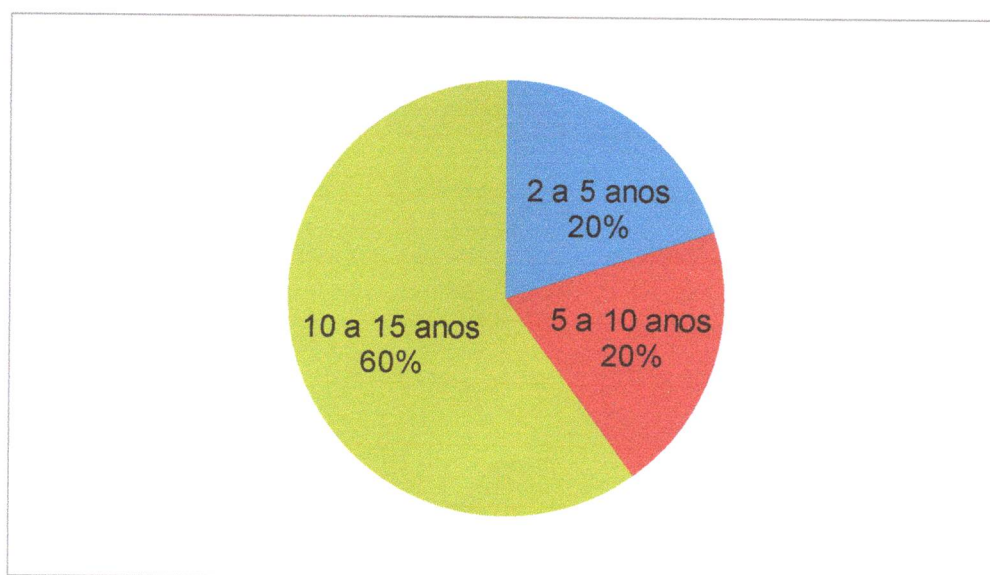


Gráfico 1 - Tempo de serviço dos professores em exercício na referida Instituição.
Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

Observou-se no gráfico 01 que na Escola Professora Gilda Lima do Carmo, os professores em sua maioria, 60% já trabalham de dez há de quinze anos na Instituição, 20% dos entrevistados trabalham de cinco a dez anos e 20% de dois a cinco anos, o que nos permite dizer que estes são constituídos de oportunidades das mais ricas, que foram e serão multiplicadas, resultando na construção de novas aprendizagens. Porém, com todo esse tempo de trabalho na instituição de ensino pesquisada, primeiramente perguntou-se aos professores: **É sua primeira experiência com alunos autistas?** Veja resposta a seguir.

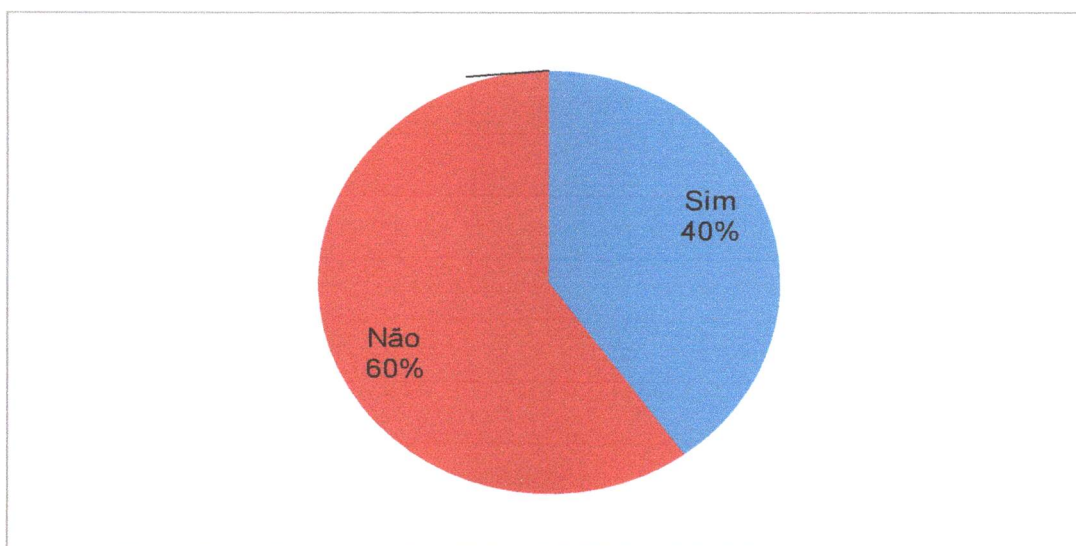


Gráfico 2 - É sua primeira experiência com alunos autistas?

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

Analisando as informações das professoras quanto à experiência com alunos autistas, obteve-se a seguinte resposta: 40% responderam que sim e 60% responderam que não. Observa-se que o fato de que ainda se tem número extenso de educadores que atuam em redes de ensino que tiveram pouca ou nenhuma experiência sobre educação de crianças com autismo, o que provoca um efeito positivo na vida escolar de um aluno que apresenta os Transtornos do Espectro Autista, pois há mais experiência.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que para promover a inclusão escolar, é preciso conhecer a Resolução nº. 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a qual se apresenta como algo necessário para o ensino e encarregando a escola de adaptar-se às necessidades dos alunos como pode ser percebido a partir do artigo 2º, que diz "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurar qualidade de ensino para todos". Em meio a esses, o autista é foco das discussões, com suas características complexas e interesses limitado, é garantido o direito de acesso à escola regular, e um ensino que precisa permitir a construção de sua autonomia e desenvolvimento.

Nesse sentido, quis saber dos entrevistados: **Quantos alunos têm na turma que você trabalha? Tem algum Autista?**

Quadro 1 - Quantos alunos têm na turma que você trabalha? Tem algum Autista?

P-01	Na minha turma 2º ano tem 24 alunos e 01 autista.
P-02	No 4º ano, Tenho 22 alunos e um especial TGD.
P-03	Na minha turma do 3º ano, tem 23 alunos, 01 autista e uma TGD.
P-04	Tenho 26 alunos e 01 autista, no 5º ano.
P-05	Tenho 21 alunos, 01 autista e 01 Hiperativo, no 1º ano.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

Observa-se que as turmas apresentam um quantitativo bem elevado com números de alunos para inclusão, mas, é de suma importância a inclusão desses alunos, pois é a partir desta inclusão que esse indivíduo estará sendo preparado para o mundo o qual ele faz parte, sempre levando em consideração que ele terá suas diferenças e limitações, e que estas poderão estar sendo superadas dia a dia. Ao falar de superação, não está restrita apenas ao setor educacional, mas a vida social, entre outros anseios.

Os conhecimentos sobre os Transtornos do Espectro Autista dos docentes muitas vezes só foram adquiridos na formação inicial, principalmente no caso das professoras que não cursaram nenhuma especialização ou formação continuada.

No entanto partiu-se para seguinte questão 2: **O que você conhece sobre o Transtorno de Espectro Autismo?**

Quadro 2 - O que você conhece sobre o Transtorno de Espectro Autismo?

P-01	O Autismo é um transtorno que afeta o desenvolvimento neurológico.
P-02	Autismo é incapacidade para desenvolver, se relacionar com amizades. Muitos alunos com transtorno autista também têm deficiência intelectual.
P-03	O Transtorno do Espectro do Autismo é um transtorno do desenvolvimento neurológico
P-04	O autismo é um transtorno de desenvolvimento neurológico que geralmente aparece nos primeiros anos de vida e compromete as habilidades de comunicação e interação social.
P-05	O autismo é definido como um transtorno invasivo do desenvolvimento, isto é, algo que faz parte da constituição do indivíduo e afeta sua evolução.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

Com base nas respostas dos entrevistados, correspondem que estão atuando em sala de aula com os alunos autistas estão informados sobre o que possivelmente é a causa e o que a Ciência tem a dizer sobre esse transtorno, é evidente que quando se tem alunos com algum tipo de necessidade especial incluso em sala de aula, há uma necessidade por parte do professor em estar atento as possíveis causas, as características, buscando informações que auxiliem no acompanhamento educacional desse educando.

Percepções e conhecimentos que as educadoras possuem a respeito do autismo interferem como aponta Mantoan (2006, p. 61) na forma como a professora irá desenvolver seu trabalho, seja na “busca por uma metodologia que atinja o aluno, ou na procura por informações que o auxilie a construir uma proposta pedagógica”.

Na questão 3, foi perguntado aos docentes durante a entrevista: **Quais características típicas mais frequentemente são apresentadas por crianças autistas? Quais suas limitações?**

Quadro 3 - Quais características típicas mais frequentemente são apresentadas por crianças autistas? Quais suas limitações?

P-01	Meu aluno encontra dificuldade fala, vive mexendo muito com as mãos, os dedos. Sua limitação é o relacionamento com o outro.
P-02	Pelo que percebi é o contato social e acredito ser uma limitação.
P-03	Percebo essas crianças com retardo mental. Causando a limitações no aprendizado.
P-04	Quando querem alguma coisa agredem colegas e a professora, chama até “palavrão”. Não apresenta autocuidado ou controle.
P-05	No meu aluno, apresenta atraso no desenvolvimento da coordenação motora fina, grossa e de linguagem, é hiperativo e tem retardamento mental. Porém não é agressivo e é bem social.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

O quadro-03 mostra as características típicas dos autistas inclusos na escola pesquisada, os entrevistados, quase todos falaram específicos de seus alunos, onde se observa que os autistas, em geral, apresentam comprometimentos em três importantes domínios do desenvolvimento humano: a comunicação, a sociabilização e a imaginação. A isto, denomina-se tríade.

Um terço dos autistas com retardo mental sofrem crises convulsivas, que começam a se manifestar dos 11 aos 14 anos". A hiperatividade é frequente, mas pode desaparecer na adolescência e ser substituída pela inércia. A irritabilidade também é comum e costuma ser desencadeada pela dificuldade de expressão ou pela interferência nos rituais e rotinas próprias do indivíduo. O autista também pode desenvolver medos intensos que desencadeiem fobias. (AFONSO, 2014, p.11)

Ressalta-se, no entanto que as pessoas com transtorno autista costumam ter atrasos linguísticos significativos, desafios sociais e de comunicação, além de comportamentos e interesses incomuns associados a comportamentos repetitivos e interesses restritos.

Na pergunta seguinte, referente à questão 04, perguntou-se: **Como foi para você receber em sala de aula um aluno diagnosticado com Autismo? Explique.**

Quadro 4 - Como foi para você receber em sala de aula um aluno diagnosticado com Autismo? Explique.

P-01	Não foi surpresa, porque a escola atente muito alunos especiais.
P-02	Na minha turma é tranquila, mas a princípio, achei que não daria conta, pois a falta de concentração do aluno é bem frequente. Costumam com facilidade sair do foco da aula e falam tudo o que pensam.
P-03	Foi tranquilo, sabia que tinha inclusão, só não sabia que era um autista com atraso no desenvolvimento motor, mas escreve bem, desenha e ler.
P-04	Foi complicado, porque eles são diferentes principalmente a distração. Ele toma diversas formas na sala de aula: reagindo aos ruídos externos de carro, acompanhando visualmente os movimentos na sala de aula, entre outros.
P-05	No meu caso, foi bastante difícil pelo fato do aluno nem ter coordenação motora. Fiquei um pouco frustrada no momento, mas, aos poucos vamos nos adaptando.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

A inclusão deve ser muito bem concretizada para que admita não só o desenvolvimento da criança a ser incluída, mas também de todas as crianças que a rodeiam, esclarecendo sobre os problemas e diferenças para que desde cedo consigam compreender as diferenças e entender que elas não as tornam melhores ou piores que ninguém, além do fato as crianças com Transtorno de Espectro Autismo estão aptas a exercer a cidadania.

De acordo com os relatos acima comprovam que a escola é uma escola de inclusão, os docentes que estão trabalhando na instituição já esperam receber crianças especiais em sala de aula do ensino regular. Falta de conhecimento e de informações sobre o autismo que pode até mesmo impor obstáculos à inclusão, segundo Afonso (2014) uma visão distorcida e muitas vezes baseada em mitos sobre o autismo pode levar o docente a acreditar que o aluno não possui potencial a ser desenvolvido.

Desse modo, questionou-se no quadro-05: **Você já participou de capacitação para trabalhar com alunos Autistas? Acredita que é necessária uma formação continuada? Comente.**

Quadro 5 - Você já participou de capacitação para trabalhar com alunos Autistas? Acredita que é necessária uma formação continuada? Comente.

P-01	Já participei de formação para educação especial, mas, não definido ou voltado para o autismo. Acredito ser importante, pois, é difícil demais trabalhar com essas crianças. Acho que depende muito também do tipo do autismo, por isso a importância de conhecê-los melhor.
P-02	Específico pra autismo, não. Participei da formação para educação especial, promovido pela Secretaria de educação. Acho ser necessário para o conhecimento.
P-03	Não de autismo, mas participei de formação para educação especial/SEMED. Mas é importante e todo conhecimento é válido.
P-04	Sim. Promovido pela secretaria de educação e a coordenação de educação especial. Não foi específico para este público, mas, estão empenhadas em ajudar já que temos nossas limitações quanto ao entendimento do assunto.
P-05	Participei da formação continuada para educação especial. Acredito que seja necessária uma formação só para o aluno autista.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

Observa-se que os entrevistados, realizaram formações com o objetivo de minimizar as principais dificuldades encontradas durante o trabalho de inclusão. Porém, não houve uma formação direcionada para o autismo. Ressalta-se que os autistas necessitam de uma organização do seu dia que lhe seja de certa forma previsível, sem a disposição de uma rotina, os autistas tendem a se sentirem perdidos, e os professores tendem a se sentirem frustrados e pensar que são incapazes.

A falta de informação pode trazer os conceitos pré-concebidos de que a criança com autismo não consegue aprender, pois “vive em seu próprio mundo”. Diante deste conceito a priori, o professor pode acreditar que não haja estratégia que facilite o aprendizado deste aluno (AFONSO, 2014, p. 16).

De acordo com o exposto, quis saber dos entrevistados, no quadro-06: Quais as estratégias mais utilizadas por você para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com Autismo?

Quadro 6 - Quais as estratégias mais utilizadas por você para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com Autismo?

P-01	Eu preparo as atividades antes de acordo com o que vou trabalhar na sala, tento montar rotinas para ele, mas é bem difícil seguir quando estou sozinha, quando a acompanhante está com ele, ele até consegue acompanhar as atividades dos outros, mas porque precisa de alguém que fique o tempo todo chamando a atenção dele para a atividade.
P-02	Eu faço plano da rotina, mostro pra ele todo dia o que ele vai ter que fazer, nem sempre ele está prestando atenção, mas eu mostro, mas depende muito de como a criança está no momento, a partir dessa rotina ele sabe o que vai fazer durante a aula.
P-03	Uso muito jogos, tem dias que meu aluno consegue se concentrar mais e avançar mais, outros às vezes passa a impressão de que não vão avançar, mas algum resultado sempre é possível ver, ainda que demore.
P-04	Eu tento sempre alfabetizar pelo método fônico, leio bastante sobre o que fazer para meu aluno, e sempre de forma bem visual, autistas respondem melhor aos métodos visuais, tento sempre explorar mais o concreto, mas vou te confessar que é um trabalho difícil, ainda mais que ele não gosta da sala.
P-05	Uso muito jogos de montar, dados, muitas figuras, ele gosta muito e ler imagem tranquilamente.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gila Lima do Carmo/2018.

Apesar dessa dificuldade em compreender o universo autista, como mostra os entrevistados, seus direitos a uma educação de qualidade não irão cessar, portanto, é preciso que o docente aperfeiçoe e amplie seus conhecimentos e sua percepção para compreender que a pessoa autista possui algumas dificuldades e particularidades, contudo não se deve desprezar seu potencial, uma vez que a dificuldade de concentração do autista é um dos maiores desafios impostos ao docente quanto, uma vez que não havendo atenção e concentração suficiente, dificilmente se consegue terminar alguma atividade proposta, o que acaba muitas vezes frustrando o docente. Nesse sentido foi perguntado aos docentes durante a

entrevista, no quadro-07: **Você faz adequação no planejamento pedagógico e/ou na avaliação para contemplar o aluno com Autismo? Comente.**

Quadro 7 - Você faz adequação no planejamento pedagógico e/ou na avaliação para contemplar o aluno com Autismo? Comente.

P-01	Sim. As avaliações com adaptações e feita junto com a acompanhante.
P-02	Sim. Sim. E as avaliações passam pelo AEE para adaptações
P-03	Sim. As avaliações passam antes pelo AEE para adequações
P-04	Sim. Peço ajuda do AEE, pois meu aluno é atendido na APAE.
P-05	Sim. As avaliações requer primeiramente o aval da professora do AEE para adaptações.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

Como visto no quadro acima, os professores informaram que fazem as adaptações conforme as necessidades de cada aluno, sempre para melhorar a aprendizagem dos mesmos. Após observar os questionamentos chegou-se à importante indagação, de como é o planejamento para contemplar o aluno com autismo e neste sentido a maioria das respostas é marcada por elementos que indicam que tem um acompanhante ou pede ajuda do AEE, não somente quanto às estratégias para o ensino aprendizagem, mas para poder ministrar aulas para os demais alunos da turma. Por esse motivo quis saber, no quadro-08: **Você recebe auxílio de outros profissionais na escola para auxiliar no trabalho com o aluno Autista?**

Quadro 8 - Você recebe auxílio de outros profissionais na escola para auxiliar no trabalho com o aluno Autista?

P-01	Sim. Na minha sala tem uma acompanhante que fica dois dias e meio, mas, a sala do AEE que nos concede muitos materiais.
P-02	Não, igual às outras turmas, mas o AEE é bem prestativo, nas atividades adaptadas, ajuda muito.
P-03	Sim. Na minha sala tem uma acompanhante que fica dois dias e meio e depois vai para outra escola.
P-04	Sim. Na minha sala tem uma acompanhante que chegou agora mês de setembro.
P-05	Sim. Na minha sala tem uma acompanhante que fica dois dias e meio que foi transferida recentemente pra nos auxiliar.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

Mediante os relatos do quadro -08, fica evidenciado que os professores tem alguém que acompanha o aluno autista em sala de aula, além da ajuda dos profissionais do AEE que contribuem com os professores do ensino regular que tem os alunos com autismo incluídos na sala, auxiliando e fornecendo materiais quando necessário e que estes recebem atendimento educacional no contra turno. É de suma importância essa relação para que haja uma facilitação na aprendizagem desse aluno.

Realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros; proporcionar ao aluno o conhecimento de seu corpo, levando-o a usá-lo como instrumento de expressão consciente na busca de sua independência e na satisfação de suas necessidades; fortalecer a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações; propiciar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação; preparar materiais e atividades específicas para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos (ALVES, 2006, p. 23).

Tem sido repetida a importância da preparação de educadores, em especial dos professores de classe comum, para o atendimento dos alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais. Os educadores precisam estar habilitados para agir de forma adequada junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a heterogeneidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas. De acordo com o exposto, questionou-se: **Quais os desafios para o professor que trabalha com o aluno Autista?**

Quadro 9 - Quais os desafios para o professor que trabalha com o aluno Autista?

P-01	Os desafios são muitos e constantes. Primeiro tem o desafio do sistema em si, que às vezes não disponibiliza de profissionais especialistas para o assistencialismo das crianças com necessidades especiais, além de materiais pedagógicos.
P-02	Acredito que só é possível responder a essa pergunta quem já viveu as duas situações, já vivi ambas as situações. A resposta mais adequada embora possa existir vários aspectos a serem apontados, destaco o trabalho colaborativo entre os profissionais, os materiais didáticos.
P-03	Acho que além da falta de concentração dele é a falta de instrução sobre o que fazer com ele, além de alguém para acompanhar ele o tempo todo. Pois, Para fazer inclusão de verdade é necessário garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola, é preciso fortalecer a formação dos professores.

P-04	É que a maioria dos professores não é qualificada para trabalhar com alunos especiais. Eu tenho muita dificuldade em compreender a forma como ele aprende e sem dúvida também não sei como lidar com ele. Um dia ele está bem, a outra não, pega sempre o mesmo livro todo dia, como se fosse a principal tarefa que o mesmo fosse fazer na escola.
P-05	A verdade eu acho tudo muito difícil, nunca vi nada assim é angustiante porque ele chora e ri ao mesmo tempo, ele é muito hiperativo e eu nunca sei o que ele quer. Não sei o que a mãe espera colocando ele na escola, e não sei se ele vai avançar algum dia.

Fonte: Professores da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

De acordo com as respostas dos entrevistados, mostra as inseguranças, aflições e dúvidas relatadas pelas profissionais da pesquisa que aproximar-se de serem as mesmas de tantas outras educadoras que lidam com diferentes deficiências no cotidiano, e isso reflete as falhas de um sistema educacional marcado pela tendência a excluir todo aquele que é diferente aos padrões típicos, e que apesar de todos esses obstáculos tem caminhado para se libertar dessas tendências discriminatórias. Segundo Gillberg (2005), os autistas são presos a uma determinada rotina e tendem a expressar reações negativas quando é interrompida, portanto, necessitam que aquela rotina seja seguida no mesmo horário do dia, exatamente no mesmo lugar.

Então apesar do longo caminho a ser trilhado, da necessidade de formação e de revisão dos conceitos e ações, das lacunas a ser preenchida a inclusão do autista pode tornar-se uma realidade desde que se exalte e tenha sempre o foco nas possibilidades do aluno, visando sempre seu desenvolvimento pleno.

O quadro-10 faz o seguinte questionamento? **Você acredita que o sistema escolar tem capacidade para oferecer os recursos necessários para educar indivíduos autistas de qualquer idade e para tratar dos problemas enfrentados por eles? Justifique sua resposta.**

Quadro 10 - Você acredita que o sistema escolar tem capacidade para oferecer os recursos necessários para educar indivíduos autistas de qualquer idade e para tratar dos problemas enfrentados por eles? Justifique sua resposta.

P-01	Acredito que tem capacidade sim e deve. E que deveria começar pela quantidade de aluno especial em cada turma, pois um exemplo claro é em 2016 trabalhei com dois surdos, e autista e uma TGD. Só teve acompanhante para os surdos. Cada aluno tem uma necessidade diferente, acontece que na sala eu não consigo fazer isso junto com os outros alunos, tinha que ter uma pessoa especializada pra trabalhar só com eles, eu li muito [...] que tem que ter adaptações de materiais e até das aulas, mas é como eu disse não é sempre que dá pra sentar e trabalhar com ele.
------	---

P-02	Eu não posso falar com propriedade sobre todos os autistas, mas acredito que esse investimento tem que existir a capacitação dos professores.
P-03	Acredito que tem capacidade sim de oferecer mais aos alunos inclusos. E também acho que precisa de investimento em recursos e em capacitações para todos os professores, além de um apoio maior da equipe gestora.
P-04	Acredito que existe a necessidade de uma readequação da escola toda, de todos os funcionários, para que o aluno se sinta acolhido. Além disso, a questão da formação também, eu sinto os professores muito perdidos para trabalhar com o autista.
P-05	Deve mudar urgentemente, pois um aluno autista precisa antes de qualquer coisa de alguém com ele, aqui têm alunos que até se machucam se ficarem sozinhos.

Fonte: Professora da EMEF Professora Gilda Lima do Carmo/2018.

O quadro mostra que o sistema escolar tem capacidade de mudar e precisa de mudanças para oferecer os recursos necessários para educar a criança autista de qualquer idade. Porém, como visto, as instituições de ensino mantêm papéis imprescindíveis na vida dos alunos com autismo já que os professores geralmente são quem primeiro percebem o comportamento dessas crianças, e as suas dificuldades na aprendizagem, Glat e Nogueira (2002, p. 26), diz que “ao contrário, implica uma reorganização no sistema educacional”, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades.

A realização deste estudo foi de extrema importância para verificar as metodologias utilizadas em sala de aula e analisar como acontece o processo de ensino aprendizagem de aluno com Autismo. No entanto, a inclusão é uma forma de inserir o indivíduo para que o mesmo possa estar desenvolvendo suas potencialidades e habilidades, tornando-o autônomo afim de que, através da aprendizagem seja capacitado para uma vida dita normal.

CONCLUSÃO

Com o objetivo de analisar como acontece o processo de aprendizagem do aluno com Autismo, assim como os desafios e as possibilidades para inclusão nas turmas regulares do Ensino Fundamental foi possível nesse estudo o conhecimento e entendimento das possíveis causas do autismo, seus sinais e suas características, também como se dá o processo de inclusão da criança autista na sala de aula do ensino regular das series iniciais, assim como as políticas públicas, legislação educacional e os aspectos organizacionais referentes ao Atendimento Educacional Especializado.

Sob essa perspectiva, percebeu-se que o processo de inclusão bem como a aprendizagem dos alunos com autismo da Escola de Ensino Fundamental Professora Gilda Lima do Carmo, acontece de forma natural, sendo que todos os educandos participam integralmente das atividades desenvolvidas na sala de aula e fora dela, os professores planejam as atividades e fazem às adaptações necessárias, quando os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem. A inclusão desses alunos na classe de ensino regular acontece por meio da frequência regular e participação de alguns no AEE no contra turno da própria escola e outros no AEE da APAE.

Constatou-se que os desafios dos professores com relação à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais é a falta de formação continuada voltada para o autismo e a escassez de materiais ganham destaque, podendo está inviabilizando a realização dessa inclusão com eficácia. Nesse sentido, destaca-se a necessidade dos educadores estarem preparados para proceder de forma apropriada no acolhimento de crianças com autismo, levando em consideração que a educação inclusiva é uma forma de se trabalhar a integração dos alunos dentro da sala de aula e isso é fundamental para o desenvolvimento psicossocial de todos os alunos, seja ele autista ou não.

Portanto, ao se tratar de um processo dinâmico da educação inclusiva que está em constante transformação com intenção de progresso, construir de fato, um sistema educacional inclusivo na definição ampla deste conceito, é preciso partir do princípio de que o aluno com autismo pode aprender desde que se respeite e reconheça suas particularidades, interesses e necessidades, neste cenário repleto

de dificuldades que apresenta características marcadas por dificuldades na imaginação e comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, Mel. **Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada.** In: FÁVERO, Osmar et al. **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009, p. 11-23. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>> Acesso em: 20 Agosto de 2018.

AFONSO, Salete Regiane Monteiro. **A inclusão escolar das crianças com autismo do ciclo I do ensino fundamental: Ponto de vista do professor.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Marília, São Paulo. Brasil.

ALBUQUERQUE, F.; Alchieri, J; Leite, R.; Lima, S.; Silva, R. e Souza, C: **Estudo exploratório da memória no contexto de escolaridade.** 2009. Cien. Cogn., 14 (2), 35-46. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: 20 Agosto de 2018.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Linha de cuidado para atenção as pessoas com transtornos do espectro autista e as famílias na rede da atenção Psicossocial do SUS/ Ministério da saúde,** 2013.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;** e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 20 Agosto de 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva Com Os Pingos nos Is.** Editora: Meditação, Porto Alegre, 2005.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial.** Espanha, 1994. Disponível em: <[Http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf) / Acesso em: 20 agosto de 2018.

EEEF Gilda Lima do Carmo. **PROJETO POLITICO PEDAGOGICO-PPP**. Itaituba-PA, 2016.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: Ibpx, 2007a. 102 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas de inclusão: do global ao local**. In: BAPTISTA, Roberto Cláudio. **Educação Especial: diálogo e pluralidade**. (Orgs.) MORENO, Kátia Regina; JESUS, Denise Meyrelles de [et al]. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. p.11-23.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Jean-Robert Poulin, Rita V. de Figueiredo. Brasília, 2010. MEC/SEESP, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

KANNER, Leo. **Os distúrbios autísticos do contato afetivo**. In: Paulina Rocha (org). **Autismos**. São Paulo: Ed. Escuta. Recife, 1997.

LIMA, Francisco José de. **Ética e inclusão: o status da diferença**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. p. 54-66.

LÜDKE, M.& ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.44 p.

MACHADO, Maria Therezinha de Carvalho; ALMEIDA, Marlene Concetta de Oliveira. **Ensinando crianças excepcionais**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 93 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér e PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** In: **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** São Paulo: Summus, 2006, p. 31-69.

MANTOAN, Maria T. Eglér. **Compreendendo a deficiência mental / Novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1989.

_____. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** Rosangela G. Prieto, Valéria A. Arantes (org). São Paulo: Summus, 2006.

_____. **Por uma escola do século XXI.** São Paulo: Unicamp, 2013.

MARIZ, Maria de la Luz; BENCINI, Roberta. **Inclusão: qualidade para todos.** Escola. São Paulo, n. 123, p. 8 -17, jun. 1999.

MARTINS, Mara R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular: concepções e práticas pedagógicas de professores regentes.** 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=10164>. Acesso em: 20 Agosto de 2018

MANZOLI, Luci Pastor; SIGOLO, Silvia Regina R. L. **Práticas pedagógicas diferenciadas no atendimento educacional especializados com deficiência intelectual.** In: ZANIOLO, Leandro Osno; DALL'ACQUA, Maria Júlia C. (orgs.). São Paulo: Summus, 2012.

MEC - Ministério de Educação - **Secretaria de Educação Especial Política Nacional DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,** Brasília MEC - SEEDSP 1994.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

NUNES, Debora Regina de Paula [et al]. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** Revista Educação Especial. Santa Maria. v. 26, n. 47,p. 557, set./dez. 2013.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Política de educação inclusiva nas escolas: trajetórias e conflitos.** In: JESUS, Denise Meyreles de [et al]. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 54-62.

PEETERS, Theo. **Autismo: entendimento teórico e intervenção educacional/** Theo Peeters, tradutores Viviane Costa de Leon [et al]. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1988.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Política educacional do município de São Paulo: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educativas**

especiais, no período de 1986 a 1996. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

RAIÇA, Darcy, org. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental.** Cláudia Prioste, Maria L. G. Machado. São Paulo, SP: Avercamp, 2006.

SANCHES, I. & Teodoro, A. (2006). **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Revista Lusófona de Educação, 08, 63-83.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular: Entenda o autismo.** Fontanar, 2012.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WERNECK, Cláudia. **Muito prazer, eu existo.** Rio de Janeiro: WVA, 1993.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: A competência docente na proposta inclusiva.** In: Revista integração, ano 14, nº 24. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2002.

APÊNDICE



FAI – FACULDADE DE ITAITUBA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: **O AUTISMO NA SALA DE AULA: O FAZER DOCENTE EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA.**

Acadêmico: ALDELICE BALTAZAR DE OLIVEIRA

ENTREVISTA COM O PROFESSOR

1-IDENTIFICAÇÃO:

A) Formação: _____

B) Tempo de trabalho na educação: _____ anos.

C) É sua primeira experiência com alunos Autistas? _____

D) Quantos alunos têm na turma que você trabalha? Tem algum Autista? _____

2-O que você conhece sobre o Transtorno de Espectro Autismo?

3. Quais características típicas mais frequentemente são apresentadas por crianças autistas? Quais suas limitações

4. Como foi para você receber em sala de aula um aluno diagnosticado com Autismo? Explique

5. Você já participou de capacitação para trabalhar com alunos Autistas, acredita que é necessária uma formação continuada? Comente

6. Quais as estratégias mais utilizadas por você para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com Autismo?

7. Você faz adequação no planejamento pedagógico e/ou na avaliação para contemplar o aluno com Autismo? Comente.

8. Você recebe auxílio de outros profissionais na escola para auxiliar no trabalho com o aluno Autista?

9. Quais os desafios para o professor que trabalha com o aluno Autista?

10. Você acredita que o sistema escolar tem capacidade para oferecer os recursos necessários para educar indivíduos autistas de qualquer idade e para tratar dos problemas enfrentados por eles? Justifique sua resposta.

Agradecemos sua colaboração nesta pesquisa!